52º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA – GRUPO TEMÁTICO I – QUESTÃO 1

EXAMINADOR: Procurador de Justiça Paulo Calmon Nogueira da Gama

I – A QUESTÃO (valor 4 pontos).

A questão foi assim proposta:

“Texto Motivador:

“A administração pública gerencial busca responder tanto às novas circunstâncias do mundo atual, em que estão sendo revistos os papéis e as formas de atuação do Estado, como atender às exigências das democracias de massa contemporâneas, em que a funcionalidade e o poder das burocracias estatais têm sido crescentemente questionados.”(*Programa de Reestruturação e Qualidade dos Ministérios*. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno12.PDF> Acessado em 3 de maio de 2012).

À luz do Direito Administrativo contemporâneo, no modelo de *Estado em rede*, discorra sobre os mecanismos de administração (e coordenação) pública gerencial no processo de consecução do interesse público e o papel do Ministério Público nesse contexto.

(no máximo 45 linhas)

[...]

Observações:

- 1) na dissertação e nas respostas, cite, se for o caso, dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, sem, contudo, transcrevê-los.
- 2) observe o limite de linhas fixado pelo examinador para a resposta, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes.
- 3) utilize folhas distintas para a resposta da primeira questão e das demais.”

II – A *RATIO*

O conhecimento amplo e aprofundado por parte do membro do Ministério Público – e da própria Instituição – acerca do modelo, dos mecanismos, dos controles, dos ajustes, das estruturas, dos organismos, das formas de funcionamento e de integração, além das fragilidades envolvendo a

Administração Pública hodierna revela-se vital para bem desenvolver as principais atividades (típicas e atípicas) cometidas constitucional e legalmente ao *Parquet*, através de seus órgãos e agentes atribuídos e instrumentalizados para transformação social, indução e implementação das políticas públicas definidas e acenadas pela Constituição da República. Não faltam exemplos – eloquentemente ilustrados pelo “pacto de Sertãozinho” – em que a atuação do Promotor de Justiça pode ser comparada ao papel do maestro, organizando e regendo diversos segmentos administrativos, públicos e privados, de modo a otimizar resultados e bem atender à população. Nesse sentido, não faltam notícias (quase diariamente trazidas nos sítios eletrônicos institucionais), sobre atuações conjuntas, coordenações, colaborações, parcerias, pactos, etc, a partir do protagonismo ministerial nas mais diversas áreas de atuação, não raro, entrelaçando-as de modo interdisciplinar (saúde, infância e juventude, direitos humanos, consumidor, meio ambiente, patrimônio cultural, habitação e urbanismo, combate à sonegação fiscal, inclusão social, pessoas com deficiência e idosos, mulher, eleitoral, combate ao crime organizado, entre outras).

III – ASPECTOS CONSIDERADOS PARA EFEITO DE CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO (valor máximo da questão: 4 pontos).

Conforme Regulamento do Concurso, além do conhecimento sobre o tema, devem ser consideradas a utilização correta do idioma e a capacidade de exposição.

A. Da exposição de conhecimentos específicos sobre o tema

Tópicos cuja abordagem era esperada na dissertação (qualquer que seja a ordem em que apareçam expostos, sendo aceitas todas as variantes de nomenclatura consagradas em sede doutrinária):

→ a evolução administrativa pública para o modelo gerencial / definição (conceito ou identificação de características) de *Estado em rede* e de administração pública gerencial / a “Reforma do Estado” e o marco legal trazido pela Emenda Constitucional n. 19 / o princípio da eficiência / a descentralização, a desestatização e o modelo regulatório / o federalismo cooperativo / administração consensual, administração dialógica, administração social (“pós-gerencial”) / os mecanismos de administração e coordenação

pública gerencial – interna, externa e mista – no processo de consecução do interesse público: cooperações (consórcios, convênios, acordos de programa, conferências de serviço) entre os diversos setores públicos; colaborações (concessões, parcerias) com o setor privado e o terceiro setor; ainda, os concertos mistos que envolvem órgãos dos diversos setores / agências executivas e contrato de gestão / o terceiro setor, as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e as organizações sociais (OS); termos de parceria e contratos de gestão / a atuação do Ministério Público no modelo de *Estado em rede*: seu protagonismo no papel de agente catalisador, organizador, indutor, sinérgico e/ou coordenador multissetorial de esforços e energias do setor público, do setor privado e do terceiro setor, exercitado por meio de grupos de trabalho, convênios, termos de cooperações, acordos, forças-tarefas, etc; apresentação de sua vertente proativa e resolutiva extrajudicial (o chamado Ministério Público “resolutivo”) ou parajudicial (hipótese em que atua com poder de polícia administrativa), seus aspectos de *ombudsman* do setor público, de conselheiro-membro de órgãos colegiados, de partícipe em audiências públicas parlamentares, de ouvidor social (p. ex., audiências públicas ministeriais), de controle (como curador da probidade administrativa), de demandista e de fiscal na atividade jurisdicional.

B. Capacidade de exposição e uso do idioma

→ além da utilização correta da língua pátria, os seguintes aspectos serão considerados: pertinência das ideias expostas (respeito à centralidade temática da questão proposta); encadeamento e clareza de ideias (objetividade); controle de redundâncias, de obviedades, de expressões sem conteúdo temático e de reproduções desnecessárias do enunciado da questão (ou trechos) ou de textos legais; e, ainda, o controle de assertivas inexatas ou incorretas.